

Coleção
Eduardo Espínola

Weber Luiz de Oliveira

**PRECEDENTES JUDICIAIS
NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

**Limites e possibilidades
de aplicação**

2.^a edição

Revista, atualizada
e ampliada

2019



EDITORA
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições *Jus*PODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

P923 Precedentes Judiciais na Administração Pública: Limites e Possibilidades de Aplicação / Weber Luiz de Oliveira. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: JusPodivm, 2019. 272 p. (Eduardo Espinola / Coordenação Fredie Didier Jr.)

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-3007-7.

1. Precedentes Judiciais. 2. Administração Pública. I. Oliveira, Weber Luiz de. II. Título.

CDD 341.31

Todos os direitos desta edição reservados à Edições *Jus*PODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1	
JURISDIÇÃO E PRECEDENTES JUDICIAIS	25
1.1 Jurisdição	25
1.1.1 Concepções processuais clássicas	25
1.1.2 Concepções contemporâneas de jurisdição	30
1.1.3 Concepções políticas e jusfilosóficas	36
1.1.4 Tradição do <i>Common Law</i>	44
1.1.5 Tradição do <i>Civil Law</i>	48
1.2 Precedentes	51
1.2.1 Conceito geral e características	52
1.2.2 Precedentes Persuasivos	58
1.2.3 Precedentes Vinculantes	60
1.2.4 Conceito brasileiro. Existe?.....	66
1.2.5 Precedente: norma ou cultura?	74
1.2.6 Procedimentalização dos precedentes no sistema brasileiro	82
1.2.7 Código de Processo Civil de 2015	83
CAPÍTULO 2	
INFLUÊNCIA DA JURISDIÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO	
PÚBLICA	99
2.1 Administração Pública.....	99
2.1.1 Características – Regime Jurídico Administrativo	101
2.1.2 Princípios expressos	106
2.1.3 Princípios implícitos.....	112
2.1.4 Vinculação e discricionariedade.....	116
2.1.5 Paradigmas contemporâneos	117
2.2 Súmula Vinculante.....	123
2.3 Decisões em controle concentrado de constitucionalidade	129
2.4 Normas de entes públicos que autorizam aplicação de precedentes	139

2.5	Nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB (Lei Federal n. 13.655/2018).....	144
2.5.1	Deveres das autoridades públicas na expedição de súmulas administrativas e regulamentos. Caráter vinculante.....	152
2.6	Alcance pamprocessual do julgamento de casos repetitivos.....	154
2.6.1	Concessão, Permissão e Autorização de Serviço Público.....	157
2.6.2	Nova Lei das Agências Reguladoras (Lei Federal n. 13.848/2019).....	163
2.6.3	Inconstitucionalidade dos arts. 985, § 2º e 1.040, IV, do Código de Processo Civil.....	164

CAPÍTULO 3

PRECEDENTES JUDICIAIS

NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 175

3.1	Aplicação dos precedentes nos processos em que a Fazenda Pública é parte – fase processual.....	176
3.2	Aplicação dos Precedentes pela Administração Pública – fase pré-processual ou consensual.....	179
3.2.1	Limites.....	180
3.2.1.1	Princípio da Legalidade.....	180
3.2.1.2	Princípio Democrático.....	182
3.2.1.3	Princípio da Separação dos Poderes.....	185
3.2.1.4	Repercussões e Responsabilidades.....	187
3.2.2	Possibilidades.....	192
3.2.3	Premissas de Aplicação de Precedentes pela Administração Pública.....	212
3.2.3.1	Interesse da Administração Pública.....	217
3.2.3.2	Instrumento legal de aplicação de precedentes judiciais na Administração Pública.....	224
3.2.3.3	Natureza do precedente. Precedentes diretamente vinculantes e precedentes indiretamente vinculantes.....	232
3.2.3.4	Publicidade do novo entendimento administrativo.....	234
3.3	Redução da litigiosidade.....	237

CAPÍTULO 4

CONCLUSÃO 243

REFERÊNCIAS 247